RELIGIÃO, IGREJA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Simon Schwartzman[1]

A Constituição brasileira de 1988, embora promulgada "sob a proteção de Deus", estabelece que o Estado brasileiro é laico, garantindo, no artigo 5º, a liberdade de todas as crenças, mas vedando, no artigo 19, que a União, Estados e Municípios possam "estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".

Por detrás da ideia do Estado laico está o reconhecimento de que a crença religiosa é um direito das pessoas que precisa ser garantido, mas não pode ser imposto a indivíduos que não sejam religiosos ou tenham crenças diferentes. É uma ideia aparentemente simples e difícil de ser contestada, mas se torna bem mais complicada quando consideramos que as religiões não são simples coleções de pessoas com determinadas crenças, mas se organizam em cultos e Igrejas que desenvolvem interesses, acumulam recursos e, em maior ou menor grau, procuram regular o comportamento das pessoas, sua vida familiar, sua educação, seu com-

1. Sociólogo

portamento em relação aos outros, e até mesmo como se organizam para trabalhar e se sustentar. Se, para o Estado leigo, é simples reconhecer a pluralidade de crenças, isto é mais difícil para os religiosos, que tendem a pensar em sua religião como a única verdadeira. Historicamente no Brasil, como em outras partes, Igrejas e Estado sempre estiveram próximos, e guerras e disputas de poder muitas vezes tinham participação e eram justificadas por diferenças de crenças religiosas.

RELIGIÕES E IGREJAS

Os antropólogos, que se dedicam a estudar os povos que existem hoje ou existiram no passado, nos ensinam que as sociedades podem ser muito diferentes, mas todas elas têm uma coisa em comum, que é alguma forma de crença ou religião. Embora muito distintas, as religiões são parecidas em alguns aspectos importantes. Elas dão às pessoas um sentido de identidade - quem são, que lugar ocupam no mundo das pessoas e das coisas e qual o propósito de suas vidas, que podem se prolongar depois da morte - e fazem com que elas se sintam parte de uma comunidade. Elas permitem identificar as pessoas consideradas virtuosas, que seguem seus ensinamentos, e devem ser reconhecidas, e as que se desviam, e precisam ser punidas. As religiões também administram os grandes momentos de passagem na vida das pessoas – nascimentos, entrada na vida adulta, casamentos, mortes e funerais, e oferecem respostas para momentos de sofrimento. É grande, nas sociedades contemporâneas, o número de pessoas que não acreditam nem participam de nenhuma religião, mas nem por isto deixam de ter alguma forma de identidade e interpretação secular de seu lugar no mundo, baseada na ciência, no sentimento de pertencimento a uma cultura ou um país, uma nacionalidade ou determinada categoria social.

Mas, ao lado destas funções positivas, existem também problemas e dificuldades. Dentro de cada sociedade, surgem indivíduos e organizações que se especializam em administrar a religião, comandando os rituais, dizendo o que deve ou não ser ensinado, isolando e punindo os hereges e pecadores. Em todas as sociedades existem diferenças de prestígio, riqueza e poder entre homens e mulheres, governantes e governados, jovens e velhos, pessoas descendentes de diferentes famílias ou regiões, pessoas mais e menos adaptadas às normas e comportamentos tradicionais, e as religiões, muitas vezes, são usadas para justificar, manter ou questionar estas diferenças. Daí o surgimento de seitas e correntes religiosas alternativas, que trazem novas interpretações, definem as identidades sociais de outras maneiras, e contestam as religiões estabelecidas. Quando sociedades diferentes entram em contato, é comum que cada uma perceba as outras como menos virtuosas, e por isto menos merecedoras de respeito e compaixão. Se as religiões, por um lado, atuam como cimento, mantendo a ordem e a integração social, elas também podem funcionar como fermento de conflitos e guerras.

ESTADO E DEMOCRACIA

As democracias modernas se desenvolveram com dois objetivos principais, o de organizar a convivência pacífica de pessoas que têm interesses, valores, religiões e culturas distintas, e garantir que os governos representem a vontade da maioria da população. Não tem sido um caminho simples, e nenhuma democracia consegue fazer bem as duas coisas. Mas, quando funcionam melhor, as democracias conseguem desenvolver sociedades prósperas, em que as pessoas se sentem seguras, os governantes não abusam de seu poder, e os conflitos e diferenças de opinião e interesse são resolvidos de forma pacífica, sem violência.

O principal mecanismo para garantir a convivência é a separação entre a esfera das atividades públicas, de interesse comum, como a garantia da lei, da ordem e as políticas sociais, das atividades privadas, como a religião, a vida comunitária e o relacionamento entre as pessoas. É por isto que a palavra "democracia", o governo do povo, costuma vir associada à de "república", o governo do interesse público. O que garante que os governos atuem conforme o interesse público é a existência de uma ordem legal, um conjunto de regras básicas aceitas de comum acordo - criadas por uma Assembleia Constituinte, por exemplo - que estabelecem os princípios de convivência entre governo e sociedade, que depois são detalhados em leis e interpretados pelos tribunais. A expressão inglesa rule of law, o governo pelas leis, e não pelas pessoas, completa a definição do que é uma democracia moderna. Nela, o governo é laico, os governantes são eleitos e governam como manda a lei, os direitos das pessoas são garantidos, as pessoas são iguais perante as leis, todos são livres de se expressar e conduzir sua vida como acharem melhor, desde que não interfiram nos direitos dos outros, e conflitos são resolvidos por juízes imparciais, também de acordo com as leis.

A democracia se apoia em um conjunto de valores associados ao conceito de cidadania, direitos universais de segurança e liberdade individual e de associação, direitos políticos de participar da vida pública e direitos sociais relacionados à vida digna, de saúde, educação e trabalho. Tal como as religiões, as democracias também desenvolvem uma cultura cívica de pertencimento a um povo, ou uma nação, baseada na narrativa de uma história comum e cidadãos exemplares que servem de referência para todos. Com isto, as sociedades se secularizam. Com as religiões tradicionais perdendo vigor como referências e definidoras da identidade para muitas pessoas, o pluralismo, o reconhecimento da variedade de crenças e orientações religiosas ou seculares, e o direito de exercê-las sem interferência do Estado, passa a ser também um dos atributos centrais dos regimes democráticos.

No entanto, em toda a parte, desde que os primeiros regimes constitucionais do mundo moderno começaram a se organizar, sobretudo na Inglaterra, França e Estados Unidos, que serviram de modelo para outros países do mundo, as distinções entre o público e o privado, a separação entre estado e religião, e os conceitos cidadania e de igualdade perante as leis têm sido disputados. Muitas democracias mantiveram, ainda que de forma simbólica, as instituições da nobreza e das famílias reais, levaram séculos para igualar os direitos das mulheres, dos pobres e de pessoas de minorias culturais e raciais, e até hoje restringem os direitos de imigrantes. A separação entre governo civil e religião, Estado e Igreja, nem sempre foi clara nem se deu da mesma forma. Até hoje, na Inglaterra, a Rainha é também líder da Igreja Anglicana. É comum que governos se declarem religiosos, e busquem a bênção de Deus. A Constituição brasileira foi promulgada "sob a proteção de Deus", e nas notas de dólar nos Estados Unidos está escrito *in God we trust* - confiamos em Deus.

Este relacionamento entre os Estados modernos e a religião nem sempre é só simbólico. Em diferentes tempos e momentos, políticos invocam valores religiosos em suas campanhas, Igrejas procuram influenciar a escolha de candidatos, governos podem influenciar na nomeação de autoridades religiosas, e as Igrejas frequentemente se envolvem em movimentos e atividades de assistência social, saúde e educação, às vezes com apoio e outras em conflito com governos civis.

As relações entre o Estado civil e as religiões podem ser mais ou menos funcionais ou disfuncionais, dependendo da existência de uma ou várias religiões no país, e de quanto as instituições religiosas ambicionam controlar ou influenciar a vida privada das pessoas. Se a grande maioria das pessoas em uma sociedade são da mesma religião, e as crenças e atividades religiosas são entendidas como parte das liberdades individuais, então as relações entre Estado civil e religião podem ser harmoniosas e até benéficas de parte a parte. Em sociedades em que coexistem várias

religiões e muitas pessoas com valores seculares, e em que as religiões pretendem regular partes importantes da vida das pessoas, como a organização das famílias, os direitos reprodutivos, o comportamento sexual e a educação, pode haver conflitos e problemas. Mesmo quando uma religião é preponderante, a adoção, pelo Estado, de seus valores e orientações pode infringir um dos aspectos fundamentais da democracia, que é a proteção das liberdades e dos direitos individuais das minorias.

O PADROADO

Até a Proclamação da República, em 1889, vigorava no Brasil o regime do "padroado", um entendimento entre Portugal e a Igreja Católica que, desde os tempos das descobertas, unia o Estado à Igreja, e que continuou existindo ao longo do Império. Por este regime, o Estado financiava as atividades religiosas e nomeava as autoridades eclesiásticas e a Igreja organizava a vida das pessoas, na educação, na saúde, nos nascimentos, casamentos, na morte e na administração dos cemitérios. Eram as paróquias também que mantinham os registros de nascimento, casamento, morte e da propriedade da terra. As normas da Igreja, para valer no império português e no Brasil imperial, tinham que ter a aprovação, o "beneplácito" da Coroa. A vida social se organizava em grande parte através das irmandades leigas, organizações controladas pela Igreja que associavam pessoas por devoção, ofício, cor da pele ou posição social.

Era um casamento que beneficiava as duas partes, mas também trazia conflitos. A Igreja, no regime do padroado, se associou à expansão do Império português na Ásia e nas Américas, amealhou recursos e ajudou a fortalecer o regime de escravidão. Mas quando, no século 18, a Ordem

dos Jesuítas tentou aumentar seu poder e autonomia, controlando as instituições de ensino em Portugal e criando suas próprias colônias agrícolas nas Américas, colocando a população indígena em regime de servidão, ela foi expulsa do Império e do Brasil pelo marquês de Pombal. No Império brasileiro, a tensão entre o Estado e a Igreja Católica se tornou intensa a partir do papado conservador de Pio IX, que proclamou a total autonomia e supremacia da Igreja em relação ao Estado, enquanto crescia, nas elites brasileiras, a adesão às ideias iluministas e modernizadoras que vinham das revoluções políticas, religiosas e culturais da Europa e dos Estados Unidos, que a Igreja rejeitava. Esta adesão se expressava, em parte, pela filiação das elites à maçonaria, considerada pela Igreja Católica como uma organização profana que disputava o poder que a igreja mantinha sobre a população através das irmandades religiosas. Ao expulsar os maçons das irmandades, os bispos católicos Dom Vital e Dom Macedo Costa foram processados e condenados à prisão pela Coroa. O padroado foi finalmente extinto com a Proclamação da República, fortemente influenciada pela maçonaria e pelas doutrinas positivistas e anticlericais que circulavam entre as elites políticas e militares do país.

O fim do padroado reduziu a força da hierarquia da Igreja Católica na política brasileira, mas não a presença da Igreja na vida quotidiana. É só no final do Império que começa, no Brasil, o registro civil de nascimentos, casamentos e mortes, assim como o registro de propriedades, até então feitos nas paróquias. O Estado brasileiro, diferentemente do que ocorria em países como a Argentina ou Chile, pouco investia na educação pública, que continuava sendo dada, quando existia, nas paróquias e nas escolas religiosas, deixando a grande maioria da população analfabeta. Era a Igreja, também, que cuidava dos enfermos e desvalidos, através das Santas Casas de Misericórdia. Os cultos e religiões africanas eram reprimidos ou induzidos a se acomodar com a Igreja Católica, com o sincretismo notável que se tornou tão evidente, sobretudo na Bahia.

Com o fim do Império, o Brasil se abre também para imigrantes da Europa e do Japão, trazidos para substituir o trabalho escravo e buscando oportunidades de uma nova vida, escapando da pobreza e das guerras em seus países de origem. Italianos, alemães, japoneses e outros imigrantes trazem também seus religiosos e suas escolas, em suas próprias línguas. O Brasil também recebeu um número significativo de fazendeiros protestantes dos Estados Unidos, que vieram para o país para continuar explorando o trabalho escravo que passou a ser proibido naquele país após a Guerra Civil, e se estabeleceram na região que é hoje a cidade de Americana, em São Paulo.

O CATOLICISMO CONSERVADOR

Assim, na República Velha, até 1930, a religião e as paróquias católicas continuam preponderantes na vida quotidiana dos brasileiros, mas a Igreja perde espaço na política, abrindo espaço, pouco a pouco, para outras religiões e para um estado leigo que vai aos poucos se organizando. Este quadro se alteraria nos anos seguintes, com o ressurgimento de um movimento católico conservador que se organiza no Centro Dom Vital, uma instituição de católicos leigos que homenageia o bispo que desafiou o poder imperial na disputa da Questão Religiosa do século 19, e reivindica uma influência mais direta na vida social e política do país.

Através do arcebispo do Rio de Janeiro, o Cardeal Sebastião Leme, a Igreja Católica estabelece um pacto de colaboração com o governo de Getúlio Vargas, simbolizado pela inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em 1931. Oriundo do positivismo gaúcho, Getúlio Vargas não tinha identidade nem proximidade com a Igreja Católica, mas estava disposto a dar à Igreja o controle da educação e da legislação

social dos costumes no Brasil, em troca de apoio político. Um de seus primeiros atos foi o Decreto de 1931, que introduziu o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, seguido de toda uma tentativa de organizar o ensino médio e superior e as instituições sociais e culturais brasileiras conforme as orientações que o líder do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima, transmitia ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema. É criada a Liga Eleitoral Católica, com o objetivo de influenciar nas eleições, e os círculos operários católicos, disputando espaço com os sindicatos de orientação socialista ou comunista. Na utopia conservadora imaginada pelos líderes católicos, a sociedade seria organizada hierarquicamente em corporações de ofício, nas quais patrões e empregados trabalhariam de forma coordenada e sem conflitos, sob o comando dos primeiros; haveria uma separação nítida entre a educação das elites, baseada no ensino religioso, na filosofia e na literatura, e a educação dos pobres, domesticados pelo catecismo e treinados para o trabalho agrícola e industrial; e entre a educação dos homens, para a vida da política e do trabalho, e a das mulheres, para a vida doméstica. O poder seria exercido por um déspota esclarecido, orientado pela Igreja, e a censura e a propaganda oficial impediriam que as ideias corrosivas do individualismo, da busca independente do conhecimento, dos direitos sociais, dos comportamentos alternativos e da igualdade entre os sexos, assim como das religiões protestantes e da população negra, pudessem ganhar espaço.

Foram anos conturbados, nos quais o casamento de conveniência entre a política autoritária do Estado Novo e a Igreja conservadora do Cardeal Leme e Alceu Amoroso Lima encontravam resistência entre os que defendiam uma sociedade pluralista, democrática e leiga, que se expressava no movimento da Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, que propugnava por uma escola pública igualitária, que valorizasse tanto as ideias abstratas quanto o trabalho, assim como pela Aliança Nacional Libertadora, que se articulava à esquerda com as organizações e ideias socialistas e

comunistas. Havia também a resistência das comunidades de imigrantes, cujas escolas foram fechadas pelo Estado Novo, assim como das lideranças liberais paulistas, que se rebelaram contra a centralização do poder no Rio de Janeiro. Em 1937, o golpe de estado que criou o Estado Novo parecia consumar o casamento entre o poder civil autoritário e a Igreja conservadora, representada pela sua ala mais radical, do movimento integralista, inspirada e alinhada com o fascismo italiano. Predominou, no entanto, o poder civil, e a entrada do Brasil na Segunda Guerra, ao lado dos aliados, significou também a interrupção do movimento católico conservador em seu esforço para colocar a sociedade brasileira sob sua tutela.

A IGREJA PROGRESSISTA

Com a derrota do Eixo e a volta da democracia, em 1945, as lideranças católicas mais conservadoras se recolhem. A Igreja só voltou a ter uma atuação política significativa nas décadas de 50 e 60, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1952 sob a liderança do arcebispo do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, que poucos anos antes havia sido uma personalidade de destaque na aproximação entre a Igreja Católica e o movimento integralista. Alceu Amoroso Lima, que havia liderado a Igreja conservadora nos anos 30, também se transformou em líder da Igreja renovada. Agora, o que predomina é a Igreja progressista, identificada com os pobres, desenvolvendo atividades pastorais nas favelas e áreas rurais, que se aproxima do marxismo com a Teologia da Libertação, em sua crítica ao capitalismo e à exploração dos trabalhadores, e que chega a seu apogeu com o Papa João XXIII e o Concílio Vaticano II. Organizações como a Juventude Estudantil, Juventude Universitária e Juventude Operária Católica, dão origem um movimento político, a Ação Popular, que disputava com os partidos de esquerda a liderança dos mo-

vimentos sociais que mobilizaram a sociedade brasileira e acabaram sendo reprimidos pelo golpe militar de 1964, o qual teve também um apoio importante da ala mais conservadora a Igreja Católica. Com o Papa João Paulo II, em 1978, a Igreja progressista de João XXIII vai perdendo espaço, mas no Brasil ela continua ativa na oposição ao regime militar, sobretudo através das Comunidades Eclesiais de Base, organizações comunitárias que, segundo algumas estimativas, chegaram a contar com 70 mil núcleos no ano 2000, e envolveram vários milhões de participantes. Estas comunidades atuavam em proximidade com o Partido dos Trabalhadores e contribuíram para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República em 2002. Embora nunca concretizado, o programa Fome Zero, inspirado na personalidade de Herbert José de Souza, o Betinho, um dos fundadores da Ação Popular, foi anunciado como o carro chefe das políticas sociais do governo Lula, e seria a marca desta aproximação.

Apesar da importância da Igreja Católica no Brasil, ela nunca chegou a se constituir em um movimento político-eleitoral próprio. Com a democratização, surge o Partido Democrata Cristão, o primeiro partido político brasileiro nominalmente religioso, de orientação liberal, que chega a ter alguma expressão política em São Paulo, mas não por causa da religiosidade de seus líderes, que não eram muito diferentes dos demais. Desde então a Igreja sempre recomendou a seus fiéis que votassem em candidatos alinhados a seus ensinamentos em matérias como divórcio, aborto e orientação sexual, mas não se pode dizer que tenha havido até recentemente, no Brasil, um partido ou movimento político de maior porte no qual as pessoas votassem conforme sua orientação religiosa. Isto começa a mudar, no entanto, com a expansão das religiões evangélicas, ou pentecostais.

AS RELIGIÕES EVANGÉLICAS E PENTECOSTAIS

Com a "opção pelos pobres", a Igreja progressista disputava não somente o espaço da esquerda tradicional, mas também o das religiões evangélicas e pentecostais, que começaram a ganhar espaço cada vez maior no Brasil a partir dos anos 70, sobretudo nas camadas mais populares das cidades. No Censo de 2000, 74% dos brasileiros se declararam católicos, e 15,4%, evangélicos. Em 2010, a percentagem de católicos havia caído para 65%, e a dos evangélicos subido para 22%. O termo "evangélico" é usado para descrever uma grande variedade de movimentos e organizações religiosas, que inclui as religiões protestantes tradicionais, como a luterana e a metodista, mas sobretudo as religiões pentecostais como a Igreja Universal e a Assembleia de Deus.

Existem muitas explicações possíveis para este grande crescimento. Uma explicação usual é que, enquanto a relação da Igreja Católica com a grande maioria de seus fiéis tende a ser formal e relativamente distante, as igrejas evangélicas conseguem envolver seus seguidores em comunidades muito mais coesas, reduzindo desta forma a ansiedade que resulta das incertezas emocionais e econômicas que afetam sobretudo a população mais pobre das grandes cidades. Para seus seguidores, as Igrejas evangélicas oferecem respostas concretas sobre como as pessoas devem se comportar no trabalho e na vida pessoal, e criam um ambiente em que elas participam intensamente de uma comunidade de pessoas que pensam da mesma forma e se apoiam uns aos outros. A maioria dos seguidores são mulheres, de renda baixa, que tendem a favorecer valores e atitudes mais tradicionais em relação ao casamento, ao comportamento sexual, à honestidade pessoal, uso de drogas, bebida, e à ética do trabalho.

Um dos fatores que pode ter contribuído para a grande expansão das Igrejas evangélicas é a isenção de impostos para as organizações religio-

sas, pelo artigo 150, inciso VI da Constituição Federal de 1988, que não se limita aos templos em que ocorrem cerimônias religiosas, mas abrange também as rendas e serviços relacionados à sua entidade mantenedora. Concebida inicialmente como um benefício para Igreja Católica e outras religiões estabelecidas, ela acabou se generalizando. A criação de uma entidade religiosa no Brasil é extremamente simples, bastando um pequeno grupo de pessoas elaborar uma ata e registrá-la em um cartório, e existem empresas de consultoria que, por um preço módico, ajudam a formalizar estas entidades. Elas não podem ter fins lucrativos, mas podem arrecadar recursos dos fiéis, prestar e contratar serviços remunerados. Ainda que as Igrejas possam ter empregados regulares, os padres e pastores que desempenham funções religiosas não têm vínculos trabalhistas, mas podem receber dinheiro a título de prebendas e outros benefícios. Muitas denominações adotam a "Teologia da Prosperidade", segundo a qual o enriquecimento financeiro é sinal de virtude religiosa, o que estimula o empreendedorismo e a ética de trabalho dos fiéis e o pagamento de dízimos – um décimo da renda – para as igrejas e seus pastores.

Em 2016, pelos dados do IBGE, havia no Brasil 83 mil organizações religiosas, empregando cerca de 150 mil pessoas. A grande maioria delas não têm nenhum funcionário registrado, mas certamente recebem donativos e remuneram seus dirigentes. Outras podem ter milhares de funcionários, e possuir estações de rádio, canais de televisão e propriedades imobiliárias. A estimativa, baseada em dados da Receita Federal, é que a renda das Igrejas subiu de 13 para 24 bilhões de reais entre 2006 e 2013. Como grande parte dos recursos das Igrejas provêm de doações ou donativos voluntários, existe grande incerteza quanto à apropriação e contabilização destes recursos, abrindo espaço para comportamentos eticamente duvidosos. Algumas igrejas evangélicas reúnem milhões de seguidores, têm sistemas complexos de formação de pastores, que, uma vez ordenados, podem abrir templos que funcionam como franquias da

Igreja principal. Para outras, a obtenção de um título de pastor é extremamente simples, estimulando o empreendedorismo religioso.

As igrejas evangélicas, no início, não tinham maior interesse na política eleitoral, mas isto começou a se modificar a partir da década de 1980. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1986 se organizou, pela primeira vez, uma "bancada evangélica". Em 1994 havia 21 deputados federais considerados evangélicos, e em 2020 já havia uma bancada evangélica de 105 deputados e 15 senadores, cerca de 20% do Congresso. Não se trata, simplesmente, que o político se declare evangélico, como poderia se declarar católico, mas o fato de que ele se candidate e seja eleito como representante de determinada comunidade ou Igreja evangélica, criando, assim, um verdadeiro partido político-eleitoral de cunho religioso, que teve grande peso na eleição de Jair Bolsonaro e dos governadores estaduais em 2018.

O impacto da religião no comportamento das pessoas não depende somente de seus preceitos e da forma em que as igrejas são organizadas, mas do grau de envolvimento e o tipo de relação que as pessoas estabelecem com a religião, e de fatores complexos de natureza social e psicológica muitas vezes inesperados. Assim, o Brasil é um país com uma população predominantemente católica, a Igreja Católica se opõe ao uso de anticoncepcionais, ao divórcio e aos relacionamentos sexuais fora do matrimônio, o que não impede que maioria dos fiéis usem os primeiros, sejam a favor do segundo e muitos pratiquem o terceiro.

Existe muita expectativa quanto ao papel que a religiosidade possa ter na redução de uso de drogas lícitas e ilícitas, mas, quando ela ocorre, é difícil distinguir o peso dos valores religiosos do papel das atividades de suporte, apoio grupal e outras que podem ter influência mais decisiva, como no exemplo conhecido dos Alcoólicos Anônimos. Um fenômeno recente que se observa é a penetração das religiões pentecostais entre

grupos envolvidos com atividades criminosas, e não é claro que esta penetração esteja conseguindo reduzir o nível de criminalidade nestas populações.

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

Uma área em que as religiões sempre buscam influenciar é a da educação. As grandes religiões monoteístas, judaísmo, cristianismo e islamismo, têm como referência textos sagrados, cuja leitura é tradicionalmente ensinada em instituições de ensino que vão de escolas de educação inicial até instituições de altos estudos. No catolicismo e islamismo, a interpretação dos textos sagrados tende a ser monopolizada pela hierarquia religiosa, e o estudo mais aprofundado destes textos, assim como a própria leitura, tendem a ficar concentrados em poucas pessoas. Já o judaísmo e as religiões protestantes, menos hierárquicas, estimulam que todos aprendam a ler e interpretar os textos. Na Europa, a tradução da Bíblia para o vernáculo e a descoberta da imprensa estimularam o aprendizado da leitura por grande parte da população, e isto tem sido apontado pelos historiadores como um fator central para o desenvolvimento das sociedades modernas.

Com o surgimento dos estados nacionais, sobretudo a partir do século XVIII, se desenvolvem sistemas nacionais de educação, que estabelecem diferentes tipos de relação com as instituições religiosas. Na França, assim como nos Estados Unidos, as escolas públicas não permitem educação religiosa. Nestes países, o entendimento é que a educação religiosa, um direito das famílias que o queiram, só pode ser proporcionada em escolas particulares, sem financiamento público. No Canadá, algumas províncias financiam uma rede de escolas religiosas. Na Irlanda, até re-

centemente, todas as escolas públicas eram geridas pela Igreja Católica, e todos os alunos recebiam educação cristã.

As universidades europeias, em sua grande maioria, surgiram como instituições religiosas, que aos poucos foram se tornando autônomas e incorporando o estudo e o ensino das ciências naturais. Na América espanhola, a Igreja Católica criou várias universidades que depois, com o fim do império colonial, ou se transformaram em instituições públicas, ou passaram a conviver com novas instituições laicas. No Brasil, os portugueses se opuseram à criação de universidades pela Igreja, e, com a Independência, a opção foi criar escolas profissionais de tipo francês, controladas pelo Estado. Quando as primeiras universidades foram criadas, na década de 30, a ideia era que elas fossem controladas pela Igreja. Quando este projeto se frustrou, foi criada a Pontifícia Universidade Católica, a primeira de uma rede de universidades privadas de orientação católica, seguidas depois de outras de orientação protestante.

Se, no passado, as Igrejas ambicionavam e muitas vezes conseguiam de fato controlar a educação dos países, depois os temas passaram a ser a liberdade da educação religiosa, o financiamento da educação religiosa com recursos públicos e o espaço e a influência da religião na educação pública. Apesar da demanda reiterada das escolas religiosas por financiamento público, apoiada no argumento de que elas desempenham um papel social relevante, o máximo que se conseguiu no Brasil foi a isenção de impostos para as escolas filantrópicas, e o abatimento dos gastos com educação privada no imposto de renda das pessoas físicas. A partir da criação dos programas Prouni, em 2005, e da expansão do programa de crédito educativo para o ensino superior, da mesma época, todo o ensino superior privado, não importa se com fins lucrativos, filantrópico ou confessional, passou a contar com forte subsídio público.

Um segundo tema, objeto de muita controvérsia, tem sido o da educação religiosa nas escolas públicas. No Brasil, a Igreja Católica conseguiu, no início da década de 30, que as escolas públicas oferecessem educação religiosa, mas de forma facultativa, com atividades alternativas para os alunos que, por decisão própria ou de suas famílias, não quisessem participar. Isto não foi alterado nas constituições mais recentes. No início, o entendimento era que a educação religiosa consistiria nos ensinamentos e doutrinação da Igreja Católica, a predominante no país, mas isto infringia, claramente, o direito de seguidores de outras religiões e pessoas laicas de não submeter seus filhos ao proselitismo religioso. A segunda opção seria que os cursos fossem ecumênicos, voltados a temas gerais sobre as funções e características das diversas religiões, incluindo o reconhecimento e valorização das religiões de origem africana, até então reprimidas. Foi isto o que ficou definido no artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ao estabelecer, por um lado, que o ensino religioso facultativo fosse parte integrante do currículo das escolas públicas de ensino fundamental, mas assegurando "o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo".

No entanto, em 2008 o governo brasileiro assinou um acordo com a Santa Sé estabelecendo, no artigo 11, que "o ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental", restabelecendo, desta forma, o ensino confessional. Apesar da mobilização de vários setores da sociedade brasileira para eliminar esta disposição do acordo, ela foi mantida, e inclusive considerada constitucional por uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2017, que passou a permitir o ensino religioso confessional nas escolas públicas. Dada a grande variedade de orientações religiosas dos brasileiros, isto criou, em princípio, a obrigação inviável de as escolas contratarem professores para cada uma das religiões de seus alunos, além de criarem atividades alternativas para

os que não desejam aulas de religião. Uma outra complicação é que os professores de religião confessional deveriam, além de ter o diploma de pedagogia ou licenciatura, ser autorizados pelas respectivas autoridades religiosas. Na prática, a grande maioria das redes públicas manteve o ensino religioso não confessional, exceto no Estado do Rio de Janeiro. É assim, também, que a Base Nacional Curricular comum trata do ensino religioso, estabelecendo que seu objetivo é "tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida".

RELIGIÃO E CIÊNCIA

A questão do relacionamento entre religião e educação, no entanto, vai além do ensino religioso propriamente dito. Temas como sexualidade, identidade, pobreza, desigualdade, discriminação, exploração, violência, relações familiares e aborto, adquirem grande visibilidade, com diferentes correntes religiosas defendendo posições as vezes radicais e sem tolerância para pontos de vista opostos. Em geral, os temas que mais mobilizam são os que são percebidos como ameaça à família tradicional. Ainda que as religiões não consigam controlar a forma em que estes temas são ensinados, elas conseguem muitas vezes impedir que eles sejam tratados. No Brasil, a oposição da Igreja Católica ao divórcio fez com que ele só fosse oficializado no Brasil em 1977, ainda assim de forma extremamente restritiva. O Brasil continua tendo uma legislação muito rígida em relação ao aborto, pela oposição da Igreja Católica e outras correntes religiosas. Na década de 90, a introdução dos cursos de orientação sexual nas escolas, e particularmente a utilização de uma linguagem aberta e o estímu-

lo ao uso de camisinhas como proteção contra a AIDS, trouxeram fortes críticas aos Ministérios da Saúde e Educação. Estas críticas se tornaram mais fortes na década seguinte em relação a diversas iniciativas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e em especial ao programa "Brasil sem Homofobia", cujo objetivo era combater a violência e o preconceito contra a população LGBT. Estas críticas serviram de bandeira para o movimento "Escolas sem Partido", e foram um tema central da campanha de Jair Bolsonaro à Presidência em 2018.

Além dos temas relativos aos costumes, que mobilizam os grupos mais conservadores, existe uma outra questão difícil neste relacionamento entre religião e educação, que é o papel do ensino da ciência, e especialmente das teorias evolucionistas. Essa questão não tem tido uma presença grande no Brasil, se comparada com os temas ligados diretamente aos costumes, mas tem sido presente em outros países, adquirindo grande visibilidade recentemente com o negacionismo contra as vacinas da Covid, de fundo religioso e político.

Todos conhecem a história de Galileu, condenado pela Igreja Católica no século XVII como herege por ter afirmado que a Terra girava ao redor do sol. Apesar disto, desde então, a convivência da maioria das igrejas cristãs com a ciência moderna foi bastante harmoniosa, baseada na noção de que não deve haver conflito entre os conhecimentos empíricos, da ciência, e os espirituais, da Igreja. Esta convivência requer que as narrativas bíblicas sobre a criação do mundo, assim como sobre diferentes aspectos da história humana, sejam tratadas como metáforas, e não como verdades absolutas, já que contrastam com as evidências científicas. Poucos defendem hoje que a terra seja plana, mas existem ainda muitos que defendem que o mundo foi criado em sete dias há menos de seis mil anos atrás, pela interpretação literal do livro de Gênesis, em oposição às evidências geológicas e arqueológicas sobre as transformações da terra e evolução das espécies ao longo de milhões de anos. A interpretação lite-

ral da Bíblia deu origem às teorias criacionistas que têm sido propostas por oposição às teorias evolucionistas, e existem projetos de lei no Brasil requerendo que o criacionismo seja ensinado nas escolas em contraposição às teorias evolucionistas de base empírica e científica.

A crítica e oposição às ciências estabelecidas, assim como suas aplicações, sobretudo na área da saúde, podem vir associadas a crenças religiosas, mas fazem parte de um fenômeno mais amplo de questionamento da autoridade e cultura dominantes, tanto nas ciências naturais quanto nas sociais. A história das vacinas, nos últimos 100 anos, ilustra bem e nos ajuda a entender a relação complexa entre a ciência, sociedade e religião, com suas diferentes crenças e preferências. Não há dúvida que as vacinas, assim como a penicilina, foram responsáveis por uma melhoria dramática da condição de vida de milhões de pessoas em todo o mundo, desde a vacina contra a varíola, ainda no século 18, até as vacinas atuais contra a Covid. A obrigatoriedade das vacinas contra varíola, sarampo, pólio e tuberculose, no Brasil, teve e ainda tem importância decisiva na proteção da saúde da população, e nunca foi objeto de maior questionamento. Mas a Revolta da Vacina de 1904 no Rio de Janeiro não foi simplesmente um conflito entre crentes e descrentes da ciência. Ela veio associada a um processo brutal de reforma urbana que afetou as condições de vida de milhares de moradores mais pobres da cidade, e foi explorada por correntes políticas na disputa pelo poder. A resistência que se observa hoje em muitas partes do mundo contra a vacina da Covid pode ter, para alguns, uma motivação religiosa, como para os adeptos da Ciência Cristã, que se opõem aos tratamentos médicos e acreditam no poder curativo da fé. Mas ela parece derivar sobretudo de um sentimento de resistência e desconfiança em relação às autoridades constituídas, alimentado por teorias conspiratórias que circulam pelas redes sociais.

Essa mesma resistência e oposição ocorre nas ciências sociais, nas quais a relação entre as evidências empíricas e sua interpretação são

mais incertas e mais sujeitas a ideologias do que nas ciências naturais. Assim, no Brasil, os currículos de história nas escolas sempre tiveram a pretensão de reforçar, entre os estudantes, o sentido de identidade cultural e nacional. Prevalecia a interpretação da história brasileira como sendo a do desenvolvimento de uma nação de cultura ocidental e cristã, evoluindo de um período colonial mais ou menos benigno, apesar da escravidão, até o de uma democracia moderna, com a construção de heróis da história nacional, de Felipe Camarão a Tiradentes, passado pelo Imperador D. Pedro II e Duque de Caxias, e incluindo também personalidades religiosas como os padres José de Anchieta e Antônio Vieira. Esta narrativa começou a ser questionada com a persistência do subdesenvolvimento, da desigualdade social, das sucessivas crises políticas e o crescimento dos movimentos sociais, e passou a ser substituída por outras narrativas dando mais ênfase à história e culturas alternativas de origem africana e indígena e das comunidades locais, e questionando a visão benevolente da Igreja Católica no processo de colonização do país.

A ciência não é infalível, o progresso técnico pode trazer consequências indesejadas, e mesmo os regimes democráticos mais aperfeiçoados podem manter grupos sociais significativos em situação de pobreza e isolamento social. Mas é inegável que muito do que temos, em termos de saúde, expectativa de vida e bem-estar, resulta dos avanços das ciências, e precisamos destes conhecimentos e tecnologias para enfrentar os atuais desafios do aquecimento global, do aumento da produtividade do trabalho, da persistência da pobreza, da desigualdade e das epidemias que sempre podem surpreender. Cabe aos sistemas escolares fazer com que os estudantes sejam capazes de entender as características, a importância e também as limitações desse enorme acervo de conhecimentos, e contribuir para seu aperfeiçoamento e bom uso.

No Brasil como em outras partes, estamos diante de uma disputa sobre o papel do Estado e suas instituições em cuidar do bem-estar da po-

pulação, fazendo uso dos melhores conhecimentos possíveis, e do peso relativo que o direito às liberdades individuais deve ter comparado com a responsabilidade social de cada um. Nestas disputas, as crenças religiosas jogam um papel, que se torna muito maior, e mais problemático, quando os governos, por convicção ou oportunismo, adotam as crenças religiosas de determinados setores da sociedade para conquistar apoio e levar à frente seus propósitos que não são, necessariamente, o de seus seguidores. Quando o Estado se torna religioso, a religião também se politiza, e isto não é bom nem para a sociedade como um todo nem para a pureza e autenticidade das crenças religiosas. A separação entre o Estado e a Igreja é uma conquista importante da civilização que precisa ser mantida e defendida, em benefício de todos.

REFERÊNCIAS

CUNHA, L. A. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Educação & Sociedade*, 39, p. 890-907, 2018.

FERNANDES, R. C. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Mauad Editora Ltda, 1998.

GOMES, E. B. Base Nacional Comum Curricular e Ensino Religioso. *Ensino em Perspectivas*, 2, n. 3, p. 1-12, 2021.

LANDIM, L. *Igrejas e seitas no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião, 1989.

MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, D. M. Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 13, n. 37, 2020.

ORO, A. P. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista brasileira de ciências sociais*, 18, p. 53-69, 2003.

ORO, A. P. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 11, n. 2, p. 221-237, 2011.

ORO, A. P.; URETA, M. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes antropológicos*, 13, p. 281-310, 2007.

PANÇARDES, C. F. A participação dos católicos nos programas sociais do governo Lula. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16, n. 1, 2018.

PIERUCCI, A. F. " Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos avançados*, 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

PRANDI, R. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. *Revista Usp*, n. 46, p. 52-65, 2000.